

AIR PRODUCTS BRASIL LTDA

NIRE 35.202.192.0
CNPJ/MF nº 43.843.358/



JUCESP PROTOCOLO
0.008.290/22-2

Alteração do Contrato



Pelo presente instrumento particular,

AIR PRODUCTS INTERNATIONAL LLC, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede na U.7201 Hamilton Boulevard, Allentown, 18195-1501, Estado da Pennsylvania, Estados Unidos da América, inscrita perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob nº 05.470.672/0001-84, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. Marcus César Marinho da Silva, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 3.499.417 SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 442.289.615-68, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 11º andar, Bairro Água Branca, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05001-903; e

AIR PRODUCTS HYDROGEN COMPANY, INC., sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede na 7201 Hamilton Boulevard, Allentown, 18195-1501, Estados Unidos da América, inscrita perante o CNPJ/MF sob nº 05.471.794/0001-95, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. Marcus César Marinho da Silva, acima qualificado;

Únicas sócias da **AIR PRODUCTS BRASIL LTDA**. ("Sociedade"), sociedade limitada, com sede na Avenida Francisco Matarazzo nº 1400 – 11º e 12º andares – Ed. Milano – Água Branca, CEP 05001-903, inscrita perante o CNPJ/MF sob nº 43.843.358/0001-99 e perante JUCESP sob o NIRE 35.202.192.091, em sessão de 20 de setembro de 1973, com sua última alteração consolidada, datada de 24 de novembro de 2021, registrada nesta Junta Comercial de São Paulo sob o nº 599.186/21-5 em 16 de dezembro de 2021, têm entre si, justo e acordado alterar o referido Contrato Social, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. As sócias resolvem aceitar o pedido de renúncia apresentado pelo Administrador da Sociedade, Sr. **Rafael Montagner Soares Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 3.524.802 – SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 021.967.039-07, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 11º e 12º andares, Bairro Água Branca, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05001-903, com o cargo de Administrador da Sociedade, a qual foi designado através da Alteração de Contrato Social da Sociedade datada de 10 de janeiro de 2020, arquivada na JUCESP sob o nº 187.692/20-8, em sessão de 15 de junho de 2020, a partir da presente data, a quem as sócias agradecem a imensa contribuição dada à Sociedade durante todo o período em que a esta dedicou suas atividades.

2. Em substituição ao Administrador renunciante, os sócios decidem indicar a Sra. **Magda Zanona da Matta**, brasileira, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 80.453.485-57 SSP/RS inscrita perante o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 571.322.160-15, residente e domiciliada na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, com endereço comercial na Rua São Geraldo 1675, Guaíba – RS, CEP 92702-760, para ocupar um dos cargos de Administrador(a) da Sociedade, por prazo indeterminado, de forma que esta passará a ter poderes para exercer, individualmente, todas as atividades pertinentes aos negócios sociais, dentro dos limites estabelecidos pelo Contrato Social.

Parágrafo Único - A Sra. **Magda Zanona da Matta** declara, sob as penas da lei, conforme dispõe o parágrafo primeiro do artigo 1.011 da Lei 10.406, de 10/01/2002, que não está impedida de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de

condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

3. Haja vista as disposições supra, as sócias concordam em alterar os termos da cláusula "7" do Contrato Social, a qual passa a ter a seguinte redação:

"7. Com exceção dos atos indicados no artigo 8º deste Contrato Social, todos os demais atos necessários e convenientes à administração da Sociedade, inclusive aqueles normais aos seus negócios diários, poderão ser praticados pelos Administradores ou procuradores.

§1º - Os sócios, neste ato, declaram que são Administradores da Sociedade, devidamente indicados por eles, os senhores:

(a) **Marcus César Marinho da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 3.499.417 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 442.289.615-68, com endereço comercial na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 11º e 12º andares, Bairro Água Branca, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05001-903;

(b) **Sanders Zurdo Romão**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG nº 25.374.210-9 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 205.941.408-38, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 11º e 12º andares, Bairro Água Branca, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05001-903;

(c) **Magda Zanona da Matta**, brasileira, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 80.453.485-57 SSP/RS inscrita no CPF/MF sob o nº 571.322.160-15, residente e domiciliada na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, com endereço comercial na Rua São Geraldo 1675, Guaíba - RS - CEP 92702-760.

Todos com poderes para agir, isoladamente, sempre de acordo com os limites deste Contrato Social e das instruções expressas dos sócios.

§ 2º - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, conforme dispõe o parágrafo primeiro do artigo 1.011 da Lei 10.406, de 10/01/2002, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

§ 3º - As procurações outorgadas pela Sociedade sê-lo-ão por qualquer dos Administradores e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado, observadas as regras dos artigos 1.172 e seguintes da Lei 10.406, de 10/01/2002. É assegurado, ainda, aos sócios o direito de revogar todas e quaisquer das procurações outorgadas pela Sociedade."

4. As sócias resolvem alterar a cláusula 2 do Contrato Social que trata do endereço de sua sede, para excluir o 12º andar, assim o endereço passa a ser: Avenida Francisco Matarazzo nº 1.400 - Edifício Milano - 11º andar, no bairro da Água Branca, CEP 05001-903, no Município e Estado de São Paulo.

5. Face às deliberações acima, resolvem as sócias consolidar o Contrato Social, que, já incluídas as alterações ora aprovadas, passa a vigorar com a seguinte redação:



“CONTRATO SOCIAL

DA

AIR PRODUCTS BRASIL LTDA.

1. A Sociedade gira sob a denominação de AIR PRODUCTS BRASIL LTDA., regendo-se pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, em especial pelo Capítulo IV do Subtítulo II do Livro II “Do Direito de Empresa” e, em suas omissões, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e alterações posteriores.

2. A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo nº 1.400 – Edifício Milano – 11º andar, no bairro da Água Branca, CEP 05001-903, no Município e Estado de São Paulo, local onde funciona apenas seu escritório administrativo (CNAE 7415-2), podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior por deliberação do(s) Administrador(es).

Parágrafo único: A Sociedade mantém filiais nos seguintes endereços:

(a) Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Rua João Cardoso dos Santos, nº 741, Vila Industrial, CEP 08770-030, NIRE 35.9.0002037-6, CNPJ 43.843.358/0003-50;

(b) Município de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Hidrogênio, nº 3076 - Pólo Petroquímico, CEP 42816-140, NIRE 2990047722-3, CNPJ 43.843.358/0014-03;

(c) Município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, na Rodovia SP-340, sem número, km 171, Portaria 4, Bairro Sede, CEP 13847-176, NIRE 35.9.0179365-4, CNPJ 43.843.358/0015-94;

(d) Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR-116, sem número, Km 218, Bairro Sede, CEP 88535-000, NIRE 42.9.0041358-6, CNPJ 43.843.358/0013-22;

(e) Município de Luis Antônio, Estado de São Paulo, na Rodovia SP-255, sem número, Km 41,24, Centro, CEP 14210-000, NIRE 35.9.0195501-8, CNPJ 43.843.358/0019-18;

(f) Município de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rua Pedro José Laroca, 1460, VIII Distrito Industrial, CEP 14808-300, NIRE 35.9.0255158-1, CNPJ 43.843.358/0017-56;

(g) Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal Dr. Jaime Eduardo Ribeiro Pereira, sem número, Jardim Vista Alegre, CEP 12500-000, NIRE 35.9.0443788-3, CNPJ 43.843.358/0034-57;

(h) Município de Tatuí, Estado de São Paulo, na Rodovia Estadual SP-129, sem número, KM 28,5, Parte, Bairro de Barro Preto, CEP 18278-725, NIRE 35.9.0374380-8, CNPJ 43.843.358/0030-23

(i) Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Washington Luís, nº 19.872, Bairro Santa Cruz da Serra, CEP 25055-009, NIRE 33.9.0008071-7, CNPJ 43.843.358/0005-12;

(j) Município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua São Geraldo, nº 1.675, Bairro Ermo, CEP 92702-760, NIRE 43.9.0037705-0, CNPJ 43.843.358/0008-65;

(k) Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Serra da Água Quente, nº 250, parte, Distrito Industrial Jatobá, CEP 30668-273, NIRE 31.9.0092064-1, CNPJ 43.843.358/0009-46;

(l) Município de Jacareí, Estado de São Paulo, na Rodovia SP-66, sem número, Km 84, Distrito de São Silvestre, CEP 12315-310, NIRE 35.9.0202389-5, CNPJ 43.843.358/0020-51;

(m) Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR-280, sem número, Km 115(2), Área Interna da Vega do Sul, Bairro Rocio Grande, CEP 89240-000, NIRE 42.9.0060250-8, CNPJ 43.843.358/0021-32;

(n) Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Manoel Manfredini nº 270, Bairro Cidade Industrial, CEP 81.260-230, NIRE 41.9.0080466-5, CNPJ 43.843.358/0022-13;

(o) Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Estrada de Ferro Santos Jundiá, sem número, Km 38, Vila Elclor, CEP 09154-100, NIRE 35.9.0283225-4, CNPJ 43.843.358/0023-02;

(p) Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Doutora Marlene Brasileiro Martins nº 111, Bairro Vale Encantado, CEP 27.933-375, NIRE 339.0111097-1, CNPJ 43.843.358/0031-04;

(q) Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Avenida Brasil, 791 (parte), bairro Engenheiro Neiva, CEP 12.521-000, NIRE 35.9.0527303-5, CNPJ 43.843.358/0036-19

(r) Município de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 108, Km 365,95, sem número, parte, Bairro São Simão, no Município de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, CEP 88.830-000" NIRE 42901086261-3, CNPJ 43.843.358/0035-38.

3. O objeto social consiste no seguinte:

- (a) produção, distribuição e comercialização de gases industriais e medicinais e de produtos químicos em geral e a fabricação, compra, venda, locação, importação e exportação, por sua própria conta ou de terceiros, de matérias-primas, componentes, maquinarias, equipamentos e produtos acabados que sejam ou venham a ser usados na indústria de gases industriais e de produtos químicos em geral;
- (b) industrialização, compra, venda, importação e exportação de materiais de solda e ultrassom, bem como de máquinas, aparelhos e equipamentos correlatos, suas partes, peças e acessórios;
- (c) fabricação, distribuição, manutenção e conserto de toda e qualquer parte do equipamento, peças e maquinaria utilizadas por tais indústrias;
- (d) fornecimento de matérias-primas, produtos acabados, bem como a prestação de assistência técnica para outras indústrias do mesmo ramo, nacionais ou estrangeiras;
- (e) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras;
- (f) prestação de serviços de consultoria em projetos industriais, incluindo a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica;
- (g) prestação de serviços para as diversas especialidades médicas, mediante a utilização de tecnologia, equipamentos e produtos desenvolvidos pela Sociedade;
- (h) prestação de serviços relativos a engenharia, manutenção e limpeza, especificamente serviços de limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, que se encontrarem dentro do escopo do contrato de fornecimento de gases industriais, medicinais e /ou serviços relacionados; e

- (i) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico hospitalar: partes e peças;
- (j) Fornecimento ou locação de Mão-de-Obra, mesmo em caráter Temporário ou Terceirizado;
- (l) Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
- (m) Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
- (n) Prestação de serviços relativos à engenharia, manutenção que se encontrarem dentro do escopo do contrato de fornecimento de gases industriais, medicinais e /ou serviços relacionados (CNAE 7112-0-00);

Parágrafo único: As atividades descritas nas alíneas “j”, “l” e “m” desta Clausula 3ª serão executadas pela filial de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. As demais atividades descritas no objeto social- Clausula 3ª, poderão ser exercidas por quaisquer de suas filiais apontadas no parágrafo único da Clausula 2ª.”

4. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

5. O capital social, totalmente integralizado, é de R\$362.141.948,00 (trezentos e sessenta e dois milhões, cento e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e oito reais), dividido em 362.141.948,00 (trezentos e sessenta e dois milhões, cento e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e oito reais) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

- (a) AIR PRODUCTS INTERNATIONAL CORPORATION possui 181.070.974 (cento e oitenta e um milhões, setenta mil, novecentas e setenta e quatro) quotas, no valor nominal total de R\$181.070.974 (cento e oitenta e um milhões, setenta mil, novecentas e setenta e quatro).
- (b) AIR PRODUCTS HYDROGEN COMPANY, INC. possui 181.070.974 (cento e oitenta e um milhões, setenta mil, novecentas e setenta e quatro) quotas, no valor nominal total de R\$181.070.974 (cento e oitenta e um milhões, setenta mil, novecentas e setenta e quatro).

§ 1º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1052 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002.

§ 2º Uma vez integralizadas as quotas, poderá o capital social ser aumentado. Observadas as disposições legais aplicáveis, os sócios terão direito de preferência para subscrição do aumento, na proporção do número de quotas de que sejam titulares, a ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da correspondente deliberação.

6. A administração da Sociedade incumbe a uma ou mais pessoas físicas residentes e domiciliadas no País, não sócias, designadas no próprio Contrato Social, que atuarão sob a denominação de Administradores, cujas remunerações serão fixadas por acordo entre os sócios e levadas à conta de despesas gerais da Sociedade.

7. Com exceção dos atos indicados no artigo 8º deste Contrato Social, todos os demais atos necessários e convenientes à administração da Sociedade, inclusive aqueles normais aos seus negócios diários, poderão ser praticados pelos Administradores ou procuradores.



§1º - Os sócios, neste ato, declaram que são Administradores da Sociedade, devidamente indicados por eles, os Senhores:

(a) **Marcus César Marinho da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 3.499.417 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 442.289.615-68, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 11º andar, Bairro Água Branca, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05001-903; e

(b) **Sanders Zurdo Romão**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG nº 25.374.210-9 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 205.941.408-38, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 11º andar, Bairro Água Branca, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05001-903;

(c) **Magda Zanona da Matta**, brasileira, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 80.453.485-57 SSP/RS inscrita no CPF/MF sob o nº 571.322.160-15, residente e domiciliada na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, com endereço comercial na Rua São Geraldo, 1675, Guaíba – RS, CEP 92702-760.

Todos com poderes para agir, isoladamente, sempre de acordo com os limites deste Contrato Social e das instruções expressas dos sócios.

§ 2º - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, conforme dispõe o parágrafo primeiro do artigo 1.011 da Lei 10.406, de 10/01/2002, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

§ 3º - As procurações outorgadas pela Sociedade serão por qualquer dos Administradores e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado, observadas as regras dos artigos 1.172 e seguintes da Lei 10.406, de 10/01/2002. É assegurado, ainda, aos sócios o direito de revogar todas e quaisquer das procurações outorgadas pela Sociedade.

8. Os seguintes atos, para serem praticados pelos Administradores em nome da Sociedade, dependerão da prévia, expressa e específica autorização por parte dos sócios: (a) todos aqueles que importem na alienação, hipoteca, penhor ou criação de quaisquer ônus ou gravames sobre bens de capital ou patrimoniais da Sociedade.

9. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer dos sócios, Administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto as garantias dadas em favor dos Executivos expatriados da Sociedade, na locação de bens móveis ou imóveis no Brasil.

10.1 As deliberações dos sócios serão tomadas em Reuniões, observadas as disposições legais, tornando-se a mesma dispensável quando todos os sócios decidirem, expressamente, sobre seu objeto.

10.2 As Reuniões de Sócios serão realizadas sempre que os interessarem sociais assim o exigirem e convocadas por qualquer dos Administradores da Sociedade, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mediante carta com aviso de recebimento ou fac-símile, com comprovante de envio, contendo a indicação das matérias objeto da ordem do dia, data, hora e local de sua realização.



10.3 Dispensam-se as formalidades de convocação previstas acima quando todos os sócios comparecerem à Reunião, ou expressamente se declararem cientes da ordem do dia, data, hora e local da mesma.

10.4 Não se realizando a Reunião, proceder-se-á a segunda convocação, com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

10.5 As Reuniões de Sócios serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de titulares representando, no mínimo, a maioria do capital social e, em segunda, com qualquer número.

10.6 As deliberações dos sócios serão tomadas com base nos *quorum* definidos em lei, atribuindo-se a cada quota o direito a um voto.

10.7 Os trabalhos das Reuniões serão dirigidos por um presidente escolhido pelos quotistas, ao qual é facultado cumular também as funções de secretário, ou indicar, dentre os presentes, alguém para fazê-lo.

10.8 Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata, assinada pelo presidente, secretário e demais quotistas presentes.

10.9 As atas das Reuniões de Sócios em que sejam deliberadas as alterações do Contrato Social e demais matérias destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser apresentadas ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à reunião, exceto nos casos relativos a renúncia de Administradores, quando deverá ser observado o prazo de 10 (dez) dias.

11. Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas, sem o prévio consentimento, por escrito, do outro.

12. O ano social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício e correspondente ao mesmo, será levantado um balanço e preparada a conta de lucros e perdas e demais demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo único – A Sociedade poderá levantar balanços intermediários semestrais, trimestrais, bimestrais ou mensais durante o exercício social.

13. Os lucros líquidos anualmente apurados terão a aplicação que lhes for determinada pelos sócios. Os sócios poderão, com base nos balanços intermediários, deliberar a distribuição de lucros apurados nesses balanços, nos termos da legislação aplicável.

14. É admitida a exclusão de sócios mediante deliberação de quotistas representando a maioria do capital social, em reunião especialmente convocada para este fim, nos termos do artigo 1085 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, em virtude de atos de inegável gravidade, e nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

15. Em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, os sócios nomearão um liquidante, que poderá ser representado por procurador especialmente constituído para esse fim.

16. A retirada, dissolução, exclusão ou falência de qualquer dos sócios determinará a dissolução da Sociedade.


17. O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado a qualquer tempo, através de Reunião de Sócios, por deliberação de quotista ou quotistas representando pelo menos $\frac{3}{4}$ do capital social.

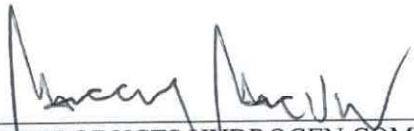


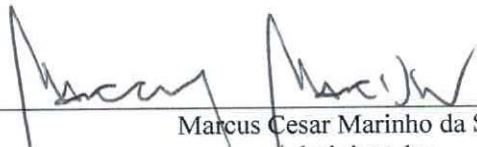
18. Para todas as questões oriundas deste Contrato, fica, desde já, eleito o foro desta Capital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as sócias e os Administradores assinam o presente instrumento de Alteração do Contrato Social da **Air Products Brasil Ltda.**, em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

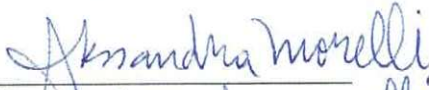
São Paulo, 28 de dezembro de 2021.



AIR PRODUCTS INTERNATIONAL LLC
Marcus César Marinho da Silva
Procurador


AIR PRODUCTS HYDROGEN COMPANY,
INC.
Marcus César Marinho da Silva
Procurador


Marcus Cesar Marinho da Silva
Administrador

Testemunhas:


Nome: Alessandra Morelli
RG: 22.904.964-3


Nome: MARCIA REGINA S. A. SANTOS
RG: 16.771.583-5

